

## **(HIPER)INDIVIDUALIZAÇÃO DA POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS URBANAS?** Interpretação crítica de experiências do *viver* em territórios estigmatizados

**Leila Maria Passos de Souza Bezerra<sup>1</sup>  
Alba Maria Pinho de Carvalho<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo versa sobre as experiências da pobreza urbana em territórios estigmatizados da região do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. Interpreta criticamente uma versão individualizada e privatista de significação da pobreza contemporânea inscrita nos discursos de residentes destes territórios. Tais produções discursivas apontam a reprodução de tendências de naturalização da pobreza associada à (hiper)individualização e culpabilização dos “pobres” pela situação de precariedade da existência nestas margens urbanas. E delineiam traços de despolitização e ocultamento da gênese da (re)produção da pobreza e da figura negativada do “pobre” vinculados ao capitalismo e adensados em sua configuração contemporânea.

**Palavras-chave:** Pobreza. Territórios estigmatizados. Margens urbanas.

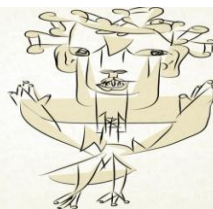
### **ABSTRACT**

This article deals with the experiences of urban poverty in stigmatized territories of the Greater Bom Jardim in Fortaleza-Ce. Critically interprets an individualized and privatized version significance of contemporary poverty inscribed in the discourse of residents of these territories. Such discursive productions point playing poverty naturalization trends associated with hiperindividualização and blaming of "poor" by the situation of precariousness of existence in these urban margins. And outline traces of depoliticization and concealment of the genesis of (re) production of poverty and figure negativada the "poor" linked to capitalism and dense in its contemporary setting.

**Keywords:** Poverty. Stigmatized territories. Urban margins.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: leila.passos777@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal do Ceará (UFC).



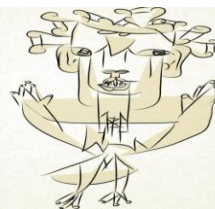
## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo interpreta criticamente significações da pobreza contemporânea inscritas nas narrativas de moradores da região do Grande Bom Jardim<sup>3</sup> em Fortaleza-Ce, focando em uma versão individualizada e privatista da pobreza, em suas dimensões da “precisão-necessidade” e da “pobreza de espírito” identificadas nos discursos locais. Trata-se de um recorte de minha tese de doutoramento sobre as produções discursivas e lutas simbólicas acerca da pobreza, da figura negatizada do “pobre” e de seus territórios vividos situados nestas margens urbanas<sup>4</sup>. Para tanto, optei pela pesquisa qualitativa, de natureza sócio-antropológica, fazendo recurso à observação participante e às entrevistas em profundidade. O trabalho de campo, realizado nos anos de 2010 a 2013, teve como interlocutores residentes de territórios estigmatizados (WACQUANT, 2005) desta região, perfazendo um total de quarenta e dois entrevistados (as).

Interpretar as experiências de pobreza neste século XXI exigiu apreender seus enraizamentos nos lugares praticados pelos (as) narradores (as) socialmente classificados (as) como “pobres urbanos”. Caminhei ao encontro das narrativas e experiências destes cidadãos em suas lutas simbólicas e construções de micro táticas individualizadas e/ou grupais de distinção social em relação às produções discursivas estigmatizantes projetadas sobre os ditos “pobres urbanos” e seus territórios vividos. Dentre estas micro táticas, assinalo aqui uma versão individualizada e privatista de pobreza que se expressa nas diferenciações enunciadas nas categorias nativas de “pobreza-precisão/necessidade material” e “pobreza de espírito”. Versão que parece indicar tendências (neo)liberais de hiperindividualização e culpabilização do “pobre” por “sua” condição social, descompromisso com os assuntos públicos e descrédito na política, fortalecendo a perspectiva das “saídas individualizadas” *versus* as “saídas coletivas” nas tentativas cotidianas destes narradores para (sobre)viver nas margens urbanas nos anos 2000.

<sup>3</sup> A região do Grande Bom Jardim – situada na zona sudoeste de Fortaleza-Ce – é formada pelos seguintes *bairros oficiais*: Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa e Siqueira. Situada na Secretaria Executiva Regional V (SER V). É uma das áreas urbanas reconhecidas na cidade por seus elevados indicadores de violência urbana e com concentração de pobreza e extrema pobreza de Fortaleza-Ce. Cabe salientar que os moradores desta região encontram-se submetidos a processos de estigmatizações e segregações sócio-espaciais.

<sup>4</sup> Adoto o termo “*margens urbanas*” por alusão às reflexões de Vera Telles (2010) para melhor explicitar os espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares ditos “periféricos”, em práticas produtoras da figura do *homo sacer* em situações imbricadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares. A noção de “margens” torna-se relevante ainda porque possibilita a (re)construção do campo de pesquisa, o critério de pertinência etnográfica e o modo como se produz a trama descritiva da cidade que permita discutir a “*exceção que se tornou regra*” (AGAMBEN, 2004) e que, segundo Telles (2010), está posta nas dobras do legal-ilegal e das suas fronteiras borradas e embaralhadas que atravessam e ultrapassam as “margens” de distintas cidades contemporâneas.

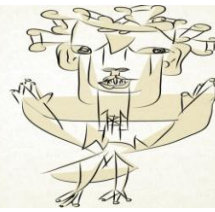


Processos de desqualificação e inferiorização sociais recaem sobre estes residentes das margens, seus saberes e experiências, reafirmando hierarquias e desigualdades entre indivíduos, grupos e/ou classes sociais, (re)produzidas, cotidianamente, no modo de vida capitalista. Sob esta lógica de classificação social sustenta-se uma atitude de violência político-cultural produtora, definidora e fixadora de lugares sociais e de subjetividades conformistas. E parece expressar uma colonialidade do poder-saber capitalista moderno e ocidental (SANTOS, 2000) presente em nossas metrópoles contemporâneas, reiterada em suas margens. Institui-se uma produção da não-existência e do descredenciamento dos saberes e experiências de segmentos considerados em situação de desvantagem social, na particularidade desta tese, os socialmente (des)classificados de “pobres da periferia”.

No campo das desigualdades sociais, problematizo esta versão naturalizadora da pobreza contemporânea, ora traduzida em *efeito inevitável* da modernização do capitalismo mundializado<sup>5</sup> e, por vezes, remetida ao campo da responsabilidade individualizada sobre o “sucesso” ou “fracasso” social. Os ditos “pobres” aparecem cada vez mais não só culpabilizados por sua condição de pobreza, senão também suscetíveis à suspeição e criminalização, posto que tornados problemas de “lei e de ordem”, representados como a encarnação atualizada das novas-velhas “classes perigosas”. A “culpabilização” dos “pobres” por sua condição social – emblemática figura negativada dos “fracassados” da sociedade de consumo – e a reclassificação da pobreza como problema criminal colocam-se como tendências sobrepostas aos processos sócio-econômicas e político-culturais de sua produção e reprodução no capitalismo do tempo presente. A análise crítica destes processos parece embotada e varrida de nosso horizonte de sentido enquanto a figura dos “pobres” permanecer estigmatizada – alvos de uma classificação negativada e de descrédito social – sob a versão de naturalmente inferior, invisível e desimportante em seus saberes e experiências. Trazer aqueles socialmente classificados “pobres” para o debate público e crítico pode auxiliar nas possibilidades de desconstrução desta lógica hegemônica da (des)classificação social e das correlatas segregações sócio-territoriais a

---

<sup>5</sup> Dentre os resultados mais perversos desta fase do capitalismo, destaco o desemprego estrutural e a precarização no mundo do trabalho em correspondência com a fragilização dos sistemas de proteção social relacional à configuração do Estado de baixa responsabilidade social. Nos anos 1990 e 2000, a pobreza ganhou significativa visibilidade pública, em meio ao seu adensamento no cerne do capitalismo contemporâneo em seus processos de mundialização, acumulação flexível, reestruturação produtiva, reformas do Estado, desmonte dos sistemas de proteção social, destituição real e simbólica dos direitos sociais. São transformações na civilização do capital que implicaram em complexificações e *globalização da pobreza*, para retomar aqui a atual consideração de CHOSSUDOUSKY (1999). Ratifica, assim, a vinculação orgânica entre a lei geral da acumulação capitalista e a produção e reprodução da pobreza originalmente desvelada por Marx (1997) e que se reatualiza nas configurações assumidas pela pobreza em tempos de capitalismo mundializado, flexível e financeirizado.

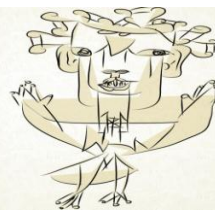


estes impelidas, ampliando as alternativas de resignificação e criação de outras formas de existir na cidade e nas “periferias” a partir das experiências de seus moradores.

Compreendo que os residentes em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim não são somente alvos desta lógica de (des)classificação produtora de inexistências sociais. Ao sentir e viver a condição periférica de estar “às margens das margens” de Fortaleza-Ce, estes agentes elaboram os seus “conceitos nativos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) sobre a condição de pobreza e a classificação de “pobres” a que se encontram submetidos. Além de classificados socialmente, também (re)classificam, em seus próprios termos e sentidos, a si e aos outros residentes em seus espaços vividos e circunvizinhança considerados “periferias” de Fortaleza. Seus esquemas classificatórios sinalizam micro táticas de distinção social com relação às modelizações negativadas hegemônicas, projetadas sobre as margens urbanas e seus moradores. Modelizações consideradas centrais porque pertencentes à ordem de símbolos, valores e crenças que governam a vida brasileira dos anos 2000 e que parecem legitimadas nas zonas citadinas ditas “centrais” e “periféricas”.

Nestes espaços urbanos considerados “periferias”, identifiquei tensões e dissensos em termos das significações da pobreza e de “ser pobre” *das e nas margens* em face de modelizações hegemônicas estigmatizantes. E, mesmo, negações da pobreza e do “ser pobre”, como auto referência por parte de seus moradores assim nomeados. Destaco as (re)classificações nativas de “trabalhador-batalhador”<sup>6</sup>, “classe média baixa” e “humilde” apreendidas nos relatos dos (as) entrevistados (as). Associadas à **(re)classificação social** de si e de residentes “outros” de seus territórios vividos e seu “entorno”, identifiquei ainda outras duas micro táticas de distinção social construídas entre os moradores destas margens urbanas: a **transferência de estigmas** (classificações sociais negativadas e de descrédito) projetados sobre pessoas e lugares considerados geograficamente próximos e socialmente distantes; e o **evitamento social**. Esta última micro tática distintiva tornada possível mediante a classificação de certos tipos considerados desacreditados socialmente em seus territórios vividos e dos quais afirmam evitar “se misturar”. Para tanto, engendram discursos e práticas sócio fóbicos reiteradas em sua dinâmica vivencial cotidiana.

<sup>6</sup> A categoria nativa de “batalhador” traduz-se, na versão de meus interlocutores, na figura do indivíduo que tenta superar, por seus próprios méritos e pela via do trabalho, a situação de pobreza material e obtenção do acesso ao universo do consumo de mercadorias, esta expressão da promessa de felicidade e ascensão social no Brasil contemporâneo. Em seus discursos e práticas reiteram a ética do trabalho, o esforço individual e a visão prospectiva (a esperança no futuro), contando com a família como um suporte afetivo e financeiro nesta busca de ascensão pretendida. Na “batalha” da vida, estes interlocutores buscam tornarem-se “vencedores” sintonizado com o atual contexto político e cultural dos tempos de capitalismo flexível.

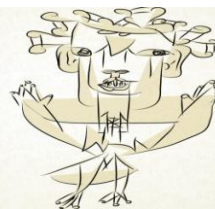


Em suas (re)classificações distintivas, estes interlocutores-moradores parecem questionar a máxima das “periferias” como “*lugar de pobres*”. E delineiam seus conceitos nativos de pobreza urbana e “ser pobre” em tempos contemporâneos. Em suposta contraposição ao estigma da pobreza urbana, reeditam e re-significam o clássico par relacional e aparentemente dicotômico “trabalhador” *versus* “bandido” para (re)classificar a si e aos demais moradores destes territórios estigmatizados. Seria mais apropriado falar de categorias relacionais na configuração local de “trabalhador-cidadão” e “vagabundo-bandido”, conforme são usadas por meus interlocutores em seus territórios. Nomeações ambíguas que ora negam a auto referência à pobreza, ora as consideram subclasses opostas dentro de uma classificação hierárquica dos “*pobres das e nas periferias*” desta cidade. Veem-se novamente enredados em classificações sociais produtoras de formas de não-existências projetadas de maneira homogênea sobre “todos” os residentes das “periferias” urbanas. Estes atores classificados socialmente de “pobres” também erigem fronteiras simbólicas entre si e protagonizam lutas simbólicas instituídas cotidianamente em seus territórios inscritos nas margens urbanas de Fortaleza. Em suas (re)classificações internas, a hierarquização entre os “pobres” locais torna-se uma outra micro tática distintiva com relação à figura historicamente estigmatizada do “pobre das periferias”. Ambigualmente e pela mesma tentativa de escapar às modelizações negativadas por meio de suas produções discursivas, as reproduzem e as transferem sobre os “outros” do lugar. De maneira correlata, reiteram a hierarquia social e o lugar inferiorizado atribuídos aos “pobres” no viver nas margens urbanas deste século XXI.

Para melhor compreender esta dinâmica de (re)classificações, distinções e delineamento de hierarquias sociais entre os “pobres” urbanos, demarcatórias de fronteiras simbólicas entre estes (des)iguais arquitetadas a partir de seus territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, priorizo, neste artigo, discutir criticamente os conceitos nativos de “pobreza” e “ser pobre” em uma das versões mais enfatizadas nos relatos de meus interlocutores: a pobreza individualizada e privatista, demarcatória de diferenciações entre uma “pobreza-precisão/necessidade material” e uma sintomática “pobreza de espírito” em tempos (neo)liberais.

## 2. PROBLEMATIZANDO UMA POBREZA INDIVIDUALIZADA E PRIVATISTA NAS MARGENS URBANAS: “pobreza-precisão” *versus* “pobreza de espírito” nas versões nativas.

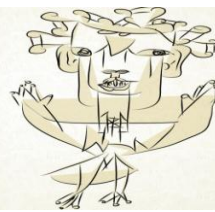
### 2.1. Para enfrentar a “pobreza-precisão”, o esforço individual pelo trabalho!



A versão da pobreza individualizada, ou seja, concebida como atributo individual e remetida à esfera privada – tendência de viés liberal bastante difundida nestes tempos contemporâneos – foi predominante e a mais recorrente nas falas dos (as) entrevistados(as). Este seu primeiro enfoque – da pobreza “precisão” ou “necessidade” material – diz respeito à falta absoluta ou precariedade no acesso ou satisfação de condições de existência que consideram mínimas. Além de citarem a expressão limite desta pobreza material, a fome por ausência de garantia de alimentação diária regular, também referiram-se à falta de moradia, vestuário/calçados e trabalho somada à escassez de dinheiro.

O caminho considerado moralmente superior para escapar à dimensão desta pobreza é ter um “meio de vida” – trabalho – cada vez mais precarizado, informal e creditado às mulheres nestes territórios estigmatizados. Ressalto que o papel de “provedora do lar” vem assumido crescentemente pelas mulheres-mães e/ou avós, tornando-se a figura masculina bastante fragilizada, intermitente ou ausente nas famílias com as quais dialoguei durante a pesquisa de campo. É a situação vivida pela artesã Magali, 33 anos, residente no Bom Jardim e usuária-titular do Programa Bolsa Família (PBF), mulher-mãe chefe de família, dois filhos adolescentes e o marido usuário de droga ilícita. Em seu percurso de caseira e cozinheira – únicos trabalhos formais, “de carteira assinada” – ao de faxineira/diarista e, hoje, “artesã” e vendedora ambulante de tapetes de retalhos nas praças do Centro de Fortaleza, mantém-se inscrita nas malhas da informalidade e precarizações do trabalho que lhe garante sustentar a família e não sucumbir à pobreza material absoluta.

Se o trabalho é esta alternativa à temida “pobreza-precisão” absoluta, as experiências prevaletentes de informalidade e precarizações não lhe permitem ultrapassar a tantas outras situações de incertezas e dificuldades enfrentadas cotidianamente por esta mulher-mãe-provedora do lar. Usuário de “mesclado” (droga ilícita que combina crack e maconha), o marido de Magali não se mantém em trabalhos fixos faz nove anos. Trabalha esporadicamente – fazendo “bicos” – que não lhe garantem nem renda suficiente para sustentar a família, nem para pagar suas “dívidas de drogas”, por vezes, creditadas à esposa. Situação recorrente no cotidiano das famílias de alguns de meus interlocutores, em especial, adultos e jovens do sexo masculino, envolvidos com o narcotráfico, na condição de consumidores e/ou nos circuitos de mercantilização de drogas ilícitas, com amplo crescimento do crack nas “periferias” de Fortaleza. Importa salientar que estes elementos interferem nas dinâmicas vivenciais destas famílias em condição de pobreza material residentes nas margens das margens. No caso específico de Magali, a condição de “usuário de drogas” de seu marido atinge, em especial, seu trabalho, para ela estruturante por

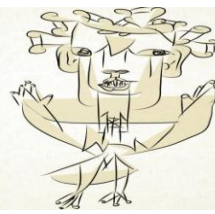


render-lhe o suficiente para suprir as necessidades familiares e torná-la uma “trabalhadora” distinta de quem considera os “pobres” locais.

Os frequentes conflitos familiares, em meio a violências domésticas e separações/reconciliações do casal, foram significativos em sua “decisão” de abandonar o emprego formal e ariscar-se em “trabalhar por conta própria”. Suas tentativas de manter seu marido na posição de “pai de família” e “cidadão” – leia-se aqui, não envolvimento ativo com o “mundo do crime” – remeteram, até o momento, a frustrados esforços pessoais em ajudá-lo, exigindo-lhe mais tempo e dinheiro para dispor para os assuntos domésticos. Paga suas “dívidas de droga” e sustenta-o em casa, na esperança de poupá-lo das cobranças de traficantes que, via de regra, resultam em execuções sumárias dos devedores. Magali é, assim, a “provedora de seu lar”, responsável pelos cuidados com a família, pela compra e reforma de sua casa própria, pelas negociações das “dívidas de droga” do marido junto aos traficantes locais, a exemplo de outras mulheres-mães nestas margens. O trabalho precarizado vem assumido como valor moral e único caminho no enfrentamento da pobreza material, estruturante de sua auto-imagem de “trabalhadora-batalhadora”! Conforme declarou, *família, trabalho e casa* são valores importantes que tenta conciliar com a versão precarizada de seu “trabalho por conta própria”, considerado a alternativa moralmente superior para escapar à pobreza material absoluta.

Todavia, quando a saída individualizada pelo trabalho não é possível ou o salário insuficiente para garantir a satisfação de necessidades materiais mínimas, poder contar com o suporte econômico e afetivo da família extensa e/ou a “ajuda” de terceiros ainda permanecem fundamentais para muitos não sucumbirem e/ou permanecerem no nível de “pobre, pobre, pobre”, o “pobre mesmo”, o “pobre demais”, considerados em escalas inferiores na classificação de “pobre dos pobres”. Nesta condição de miséria absoluta, passar fome, não ter moradia (mesmo de aluguel) e morar na rua são as características mais evidenciadas por interlocutores, reportando-se às figuras de mendicantes e populações de rua. A estes, a “ajuda” deve ser garantida e seus beneficiários são reconhecidos como dependentes da “ajuda dos outros” pela “precisão”, incluindo aqui as ações sócio-assistenciais estatais, de familiares, vizinhos e desconhecidos.

Alguns de meus interlocutores reconheceram a existência desta pobreza material persistente em seus territórios. Entretanto, não a admitiram como categoria de auto referência e nem se consideravam nesta condição social. Quando admissível, é reportada às experiências de “outros”, submetidos a processos de difamação lateral e evitamento social. Esta “pobreza-precisão” é vista como passageira e deveria ser superada pelo esforço individual – seus próprios méritos – pela mediação do trabalho. Somente nestes termos ora explicitados, pode ser socialmente tolerada, permitindo a desculpabilização temporária de



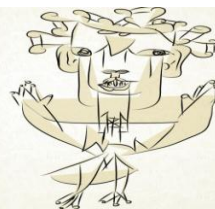
seus membros e o “merecimento de ajuda” por parte de terceiros. É o esforço individual em “batalhar, trabalhando” para superar tal condição que, supostamente, negaria a posição social negativada de “pobre” e/ou de “pobre dos pobres”, nomeações abomináveis para parcela destes narradores, nesta versão individualizada de experienciar a pobreza.

Quando indagava aos narradores se conheciam alguém que nomeassem de “pobre, relutavam em responder. Afinal, chamar alguém de “pobre” nestes territórios pode ser interpretado como uma “humilhação-inferiorização” e, ao mesmo tempo, pôr-se como “superior” – uma “pessoa besta”, “orgulhosa”, “que quer ser melhor que os outros” – posição também evitável segundo interlocutores (as). É necessário ter, no mínimo, cautela para designar como “pobre” alguém de suas teias relacionais locais. Esta figura urbana carrega em si as marcas da classificação negativada – um estigma social individualizado – e da desqualificação social tão entranhadas no nosso imaginário que, ainda quando incluídos em programas sociais estatais destinados aos ditos “pobres e extremamente pobres”, a tendência prevalecente foi negá-la tanto para si, como para designação de outrem de suas teias relacionais próximas. Pobreza e a identificação de “pobre” tornaram-se rótulos temerários para estes moradores das margens urbanas, indicativos do “desvalor do pobre” (SOUZA, 2006) reiterado em nosso imaginário urbano. As micro experiências pesquisadas apontam para uma busca de distinção social, ora pela via da construção de imagens aparentemente dicotômicas – de “trabalhador” *versus* a de “pobre” – ora pela ambiguidade entre ambas. Neste século XXI, a perversa proximidade (re)estabelecida no senso comum entre pobreza-violência-criminalidade e entre “pobre” e “vagabundo-bandido”, conforme identifiquei nas modelizações negativadas divulgadas na mídia local e também (re)produzida em discursos nativos, o cuidado é redobrado ao identificar algum dos moradores de seus territórios vividos com esta insígnia de desqualificação e estigmatização sociais.

A defesa de uma “ética do trabalho” – ainda que idealizada em tempos de precarização, informalidade e desemprego estrutural – ou o esforço concreto de permanecer trabalhando para sustentar a si e sua família, apesar do salário insuficiente não permitir alcançar esta meta somados à atitude declarada de evitar envolvimento direto com as atividades ilícitas do “mundo do crime” são importantes nesta identificação local como “pobre” em termos da pobreza material admissível e “merecedora de ajuda de terceiros”. Denotam, portanto, alguns elementos distintivos de outro tipo abominado nesta versão da pobreza individualizada e privatista identificada entre os interlocutores-residentes destas margens urbanas: a “pobreza de espírito” e a correlata imagem do “pobre de espírito” ou “pessoa de espírito baixo”.

## 2.2. Sobre a “pobreza de espírito”: símbolo de “fracasso” social individualizado?

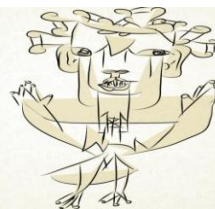




A classificação de “pobreza de espírito” emergiu como um tipo desta pobreza individualizada negada, desqualificada e combatida com veemência por parcela significativa dos entrevistados. (Des)classificação da qual buscam distinguir-se socialmente, transferindo-a para pessoas e lugares “outros”. Para estes interlocutores, ser nomeado “pobre de espírito” significa estar inscrito em níveis inferiores na hierarquia social e moral em seus locais de moradia. Mesmo para quem recebe a alcunha de “pobre dos pobres” ou afirma-se “pobre” – sinônimo de “necessidade” ou “precisão” material – a “pobreza de espírito” parece-lhes um “mal” do ponto de vista de atribuir aos assim designados um lugar de inferioridade e vergonha sociais porque associada à imagem de um propalado “fracasso” individual. A versão negada e transferida de pobreza e do “ser pobre” é esta vinculada à “pobreza espiritual” que repõe para o indivíduo a culpa por sua condição material de necessidade insuperável e o lança à desqualificação social em suas teias relacionais próximas. A pobreza material absoluta torna-se intolerável e renegada quando passa a ser vista como resultado de uma “pobreza de espírito”, um atributo encarnado do “pobre de espírito baixo”. Instaura-se, nesta perspectiva, uma hiperindividualização do “fracasso”, traduzido na persistência desta pobreza material como atributo individual e reitera a figura do “pobre” como principal responsável pela situação em que se encontra. Nesta perspectiva, ser nomeado “pobre” corresponde à proclamação pública deste “fracassado” individual, expresso socialmente na condição de pobreza material, sobretudo, a absoluta.

Para alguns destes interlocutores, a “pobreza mesmo” e seu correlato “ser pobre, pobre, pobre”, o “pobre mesmo” ou o “verdadeiro pobre” – inscritos na versão dos “pobres dos pobres” em termos de uma persistente e/ou absoluta pobreza material, “muita precisão” ou “necessidade” – só existiria para os de “espírito baixo”. Conforme amplamente enunciado, a pobreza material tolerada e admitida tem como contraponto o esforço individual para seu enfrentamento e/ou superação pelo trabalho, mesmo quando, momentaneamente, “sem trabalho pra trabalhar”. Caso contrário, passaria a constituir-se em resultado desta “pobreza de espírito” específica da “pessoa de espírito baixo” ou “pobre de espírito”. Não haveria tolerância ou admissão da persistência da pobreza material e tampouco merecimento da “ajuda” de terceiros para quem permanece conformado com sua situação, *“esperando ajuda dos outros”, “não se sacrificam”, “não correm atrás”* para *“melhorar de vida”*.

O contraponto ao “pobre de espírito baixo” seria o “espírito batalhador”. No olhar dos autodesignados “batalhadores”, a pobreza e seu correlato “pobre” são reportadas à figura negativada do “pobre de espírito” como expressão limite de um “fracassado” individual expresso socialmente na condição de pobreza material naturalizada e individualizada para

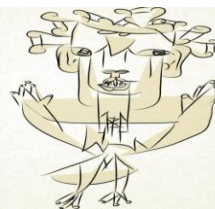


quem a vivencia e para quem assim o classifica. Nesta perspectiva, a designação de “pobre de espírito” associa-se à acusação e/ou julgamento moral do indivíduo assim culpabilizado por sua condição de pobreza material como atributo pessoal e irrevogável daqueles que, supostamente, não se esforçaram para superá-la, configurada como uma “pobreza infernal de quem não quer nada!”, conforme enunciou uma interlocutora de pesquisa.

Pobreza associada a certo julgamento-acusação moral – no caso de famílias onde não identificam este esforço individual pelo trabalho – atribuindo-lhes um lugar de inferioridade da qual os “trabalhadores-batalhadores” buscam distinguir-se socialmente. O chamado “pobre de espírito” encarnaria, assim, a figura contemporânea do “fracassado” da sociedade de consumo contemporânea e, supostamente, carregaria uma pobreza subjetiva entrecruzada à material. Nos termos nativos, seria alguém sem alimentação regular e/ou “passa fome” frequentemente; sem moradia, nem alugada; sem trabalho; sem religião e/ou sem Deus; sem vontade e coragem para vencer; sem espaço, sem poder ir além (limitado e sem lugar no mundo, chagando a viver nas ruas); aquele que acha que não pode ter nada, que se acha pobre; quem não pode comprar ou desejar alguma coisa; quem abandona a família; inserindo os usuários de drogas ilícitas e os alcoólatras. Estes elementos identificados aos “pobres de espírito” traduzem-se em verdadeiras nomeações-símbolos de estigmatização local. Designa pessoas desacreditadas e alvo de acusações e de evitações sociais nestes territórios.

Na versão dos “batalhadores-trabalhadores”, o “pobre de espírito” expressa falta/negação e acomodação, representado como “pessoa desleixada” e que “só vive à espera de ajuda dos outros”, seja do “governo”, da família, de vizinhos ou de desconhecidos. Traduz uma nomeação-insígnia do “fracasso social” creditado ao “fracasso individual” destes residentes nas margens urbanas, sobretudo, quando privados do acesso aos bens de consumo considerados símbolos de prestígio individual reconhecidos em nossa vida brasileira do presente. Eis as significações atribuídas à “pobreza de espírito” negada como auto referência por parte dos autoproclamados “trabalhadores-batalhadores”, por considerá-la uma humilhação execrável, todavia, por vezes, reproduzida para estigmatizar seus (des)iguais.

Na perspectiva do “batalhador”, a pobreza material ou a “falta de dinheiro” poderia ser compensada, então, pela “riqueza espiritual”, que consistiria em atributo individual de quem não se acomoda e “nem é desleixado com a vida”, tem “fé em Deus” e “batalha” para ser um “vencedor”. Atributo demonstrável nas “conquistas” ditas materiais – alimentação diária, moradia própria, sustento da família, pagamento de contas, superação de dificuldades econômicas – e imateriais – manter ou melhorar de trabalho, perspectiva de futuro e esperança de “melhorar de vida”, cuidar da família, ter força de vontade, ajudar os



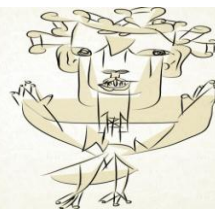
outros, ter religião, obter respeito dos vizinhos, participar em ações grupais locais – que, necessariamente, não precisam vir associadas. Os “batalhadores” reiteram, em primeira instância, a “ética do trabalho” e a “esperança no futuro” em seus esforços individuais permanentes para tornarem-se “vencedores” na sociedade de consumo. São referências a partir das quais orientam-se como seus símbolos de prestígio social local em comparação aos símbolos de estigmatização atribuídas aos “pobres de espírito”. Afinal, se dizem dotados de um “espírito batalhador”!

### 3. **CONCLUSÃO:** sobre a tendência de (hiper)individualização da pobreza nas margens urbanas

Nas versões relacionais do “espírito batalhador” e do “pobre de espírito”, assumidas nas narrativas ora interpretadas, estes interlocutores parecem celebrar a figura do indivíduo desligado de suas pertencas sociais (atomizado) e elevado ao patamar de único responsável por governar suas relações com as incertezas e inseguranças inscritas neste viver precário nas margens de Fortaleza-Ce. Parecem comungar de um individualismo<sup>7</sup> extremo – um hiperindividualismo, na expressão cunhada por Lipovetsky & Serroy (2011) – vigente na tendencial cultura narcísica<sup>8</sup> contemporânea, na qual prosperam a autonomização da existência individual centrada em si mesma, a busca do prazer, do bem-estar pessoal e consumidor, a flexibilização dos liames sociais, o descomprometimento para com os assuntos públicos e o descrédito com a política. Aspectos que contribuem para a fabricação social de um indivíduo, senão incapaz, ao menos fragilizado para lidar com as

<sup>7</sup> Segundo Lipovetsky & Serroy (2011), o individualismo traduz-se em um sistema de valores que põe o indivíduo livre e igual como valor central da cultura ocidental, fundamento da ordem social e política, referencial último da vida democrática. Afirmou-se a partir do século XVIII e ascendeu a princípio primeiro da ordem pluralista e liberal na Modernidade, consagrando os princípios da liberdade individual e da igualdade de todos perante a lei. Para os autores: “enquanto o poder deve emanar da livre escolha de cada um e de todos, ninguém deve ser mais coagido a adotar esta ou aquela doutrina e submeter-se a regras de vida ditadas pela tradição. Direito de eleger seus governantes, direito de se opor ao poder estabelecido, direito de buscar por si mesmo a verdade, direito de conduzir a vida segundo a sua própria vontade: o individualismo aparece como código genético das sociedades democráticas modernas” (LIPOVETSKY & SERROY, 2011: 47). Concebem que vivenciamos, nas últimas décadas de desregulamentação econômico-política no capitalismo flexível, uma segunda revolução individualista demarcatória de um *hiperindividualismo*. Traduz um neoindividualismo de tipo opcional, desregulado, descompartimentado centrado na primazia da realização de si. Vivemos, nesta perspectiva, a época da “vida à la carte” de fabricação do *homo individualis* desenquadrado, supostamente liberto das imposições coletivas e comunitárias. Ser interpelado enquanto ser ativo de cuja ações poderão resultar o “seu sucesso” (um “vencedor”) ou o “seu fracasso” (um “fracassado”) na contemporaneidade.

<sup>8</sup> Para Lasch (1990), a “*cultura do narcisismo*” inaugura uma modalidade cultural na qual a subjetividade se concebe de maneira autocentrada, sem considerar a densidade da existência do Outro. O indivíduo narciso importa-se com o engrandecimento do Eu às custas do outro. Esse Outro é impelido à posição de objeto de gozo do narcísico. A concepção do desejo narcísico constitui-se fora da referência à alteridade, esvaziando a relação de responsabilidade do sujeito com o *outro falante*: este ser capaz de expressar, na esfera pública, suas aspirações, desejos e cultura.

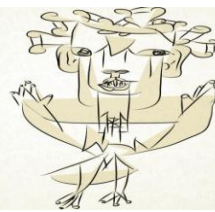


“condições” de precariedade da vida que extrapolam o nível de suas escolhas e esforços hiperindividualizados para tentar enfrentá-las e/ou superá-las.

O hiperindividualismo – na proclamação ao “indivíduo livre e senhor de si” – tende a produzir o seu contrário, alerta Lipovetsky (1994): um indivíduo que “mais aparece vulnerável, frágil, desarmado internamente”. Condição traduzida no drama do isolamento/solidão afetivo e social, em experiências sociais vividas como fracassos pessoais, na insegurança interior de um “eu mínimo” fragilizado e ensimesmado, sintonizado com a “*lógica do sobrevivencialismo*” à qual *cada um e todos* e, em especial, as camadas pauperizadas, encontram-se submetidas à busca pela sobrevivência no *aqui-e- agora*. “*Sobreviver*” torna-se o imperativo da vida humana na contemporaneidade (LASCH, 1990). E, de fato, tal imperativo de “sobreviver” tem adquirido dimensões trágicas em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, dada a densidade de precariedades sócio-econômica e civil à qual se encontra submetida uma considerável parcela de seus moradores, presos a “condições” que escapam à sua “riqueza espiritual e/ou ao seu “espírito batalhador”.

Contudo, inscrita nesta tendência de hiperindividualismo, as engenhosas saídas individualizadas e privatizantes empreendidas pelo “espírito batalhador” e autoproclamado portador de uma “riqueza espiritual” diante do peso de uma “pobreza material” cotidianamente vivida por meus narradores, escamoteiam um aspecto fundamental na interpretação crítica desta versão de pobreza: o de que os homens fazem história sob *condições determinadas*, para retomar aqui uma frase ainda atual de Marx, nestes tempos de capitalismo flexível mundializado. Vivemos uma época de precariedade instaurada em múltiplas dimensões da existência humana, extrapolando o mundo do trabalho, fundando incertezas e inseguranças objetivas e subjetivas generalizadas e cotidianamente vivenciadas no tempo presente. Afinal, as condições sócio-históricas e político-culturalmente construídas sob uma *precariedade que está em toda parte*, segundo afirmou Bourdieu (1998) – sob a qual estamos expostos a processos de inseguranças e incertezas generalizadas e permanentes em múltiplos campos do viver – limitam as “escolhas” posta em âmbitos puramente individualizado e privatizado. Precariedade inscrita em um *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição desta situação generalizada e permanente de insegurança (BOURDIEU, 1998).

Esta configuração contemporânea da “precariedade” torna-se superior técnica de poder-submissão “(...) porque abandonou as pessoas aos seus próprios recursos, lamentavelmente inadequados quando se trata de ‘controlar’ sua condição atual, um controle forte o bastante para encorajar pensamentos para mudar o futuro. O descomprometimento é o mais atrativo e praticado jogo da cidade hoje em dia” (BAUMAN,



2008: 20). De maneira contundente, esta conotação da pobreza recolocada à figura idealizada do *indivíduo livre e igual capaz de fazer escolhas e assumir o comando sobre sua vida* – hiperindividualizada e quase que independente das “condições não escolhidas” produtoras da dinâmica de precariedade à qual se encontra impelido – parece convergir com a tendência de gestão territorial da pobreza urbana pela via estatal punitiva-penal complementar à assistencialização focalizada nos “pobres e extremamente pobres”, em curso no Brasil deste século XXI. E configura traços fundantes desta versão (hiper)individualizada e privatizada de pobreza vigente nas experiências nativas: naturalização, despolitização e ocultamento da gênese da produção e reprodução da pobreza e da figura do “pobre” vinculada à lógica estruturante do capitalismo em suas expressões contemporâneas.

#### 4. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. .Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- BEZERRA, Leila M. Passos de S. Pobreza e lugar nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-Ce.
- BOURDIEU, P. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto. São Paulo.São Paulo: Moderna, 1999.
- LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de janeiro: Revan, 2005.